

Universidade Federal Fluminense

Centro de Estudos Gerais

Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)

Curso de Comunicação Social

**As questões de gênero e as representações da mulher
na música funk**

Natália Vera Duarte

As questões de gênero e as representações da mulher na música funk

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação do Professor Guilherme Nery, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Resumo

Este trabalho se propõe a trazer discussões acerca das questões de gênero, como a mulher é percebida na sociedade e como essas percepções podem ser observadas nas músicas do gênero funk. Ainda há uma preocupação de focar na imagem que a própria mulher dissemina nas letras.

Palavras-chave: Feminismo, gêneros, representações, funk

Abstract

This paper aims to discuss gender issues in modern life, how women are seen in society how this perceptions can be seen in Brazilian funk music. There is also a focus in the image that women themselves disseminate through this kind of music.

Keywords: Feminism, gender, representations, Brazilian funk

Índice

Introdução.....	5
Capítulo 1 – A mulher, as questões de gênero e chamada igualdade	
1.1 – Um pouco sobre o feminismo.....	8
1.2 – Sobre os gêneros.....	14
1.3 – A igualdade.....	20
Capítulo 2 – As representações da mulher e o funk	
2.1 – Sobre o funk.....	23
2.2 - Música como objeto de análise da situação social da mulher.....	26
Conclusão	40
Referências Bibliográficas.....	43

Introdução

Nos produtos midiáticos criados para mulheres, (comédias românticas, novelas, livros românticos,..) a imagem proferida da mulher é pautada nos valores que a sociedade deseja para que a mulher cumpra seu papel. Nos deparamos constantemente com imagens exaltando o matrimônio, a maternidade, o romantismo feminino.

Michèlle Mattelart afirma em um dos seus livros que essa “cultura feminina” lançada pela mídia é uma cultura de opressão à mulher, que tem como objetivo garantir que a mulher continue desempenhando o papel de reguladora da economia, com trabalho doméstico, salários mal pagos e consumismo feminino.

Indo mais além, na “cultura masculina”, temos uma “objetificação”, uma erotização do corpo da mulher. A imagem da mulher é construída como objeto de desejo, e somos bombardeados por imagens de mulheres sexy em biquínis e lingerie, como nos filmes de ação, propagandas de cerveja entre outros.

É de suma importância, em meio a tantos valores difundidos pela mídia reiterando a submissão da mulher a papéis pré-concebidos pela sociedade que as mulheres tenham voz. Não reiterando esses valores opressivos, mas reivindicando novos espaços.

Não é só no funk que nos debatemos com a objetificação da mulher, não é só na periferia que a sexualidade vem se afluando cada vez mais cedo. O funk é uma expressão de valores que se encontram impregnados na sociedade, mas sem a maquiagem do moralismo politicamente correto. E não é só reflexo, claro. É também influência. E é aí que devemos pensar na importância de se analisar o conteúdo das mensagens que são divulgadas nessas músicas. Em um universo dominado por letras machistas ter uma mulher que prega que nós somos donas do nosso corpo e não devemos reprimir nossas pulsões sexuais por temor dos rótulos criados por uma sociedade patriarcal essencialmente machista é de suma importância. Estamos falando de um ícone influenciador de milhares de pessoas.

Temos teóricos explorando essa exposição do gênero feminino estudando sua imagem proferida em diversos meios. Este estudo propõe-se a estudar a imagem

feminina na música funk. Mas, mais especificamente, a imagem que a própria mulher está construindo nessa música.

A premissa quase que homogênea atualmente nas letras de música funk é pregar a promiscuidade, e com a Gaiola das Popozudas ou com a Mc Tati Quebra Barraco não é diferente. Mas o ponto que chama a atenção é uma mulher pregar a promiscuidade sem medo de estereótipos pejorativos.

Vivemos numa sociedade pautada por valores que são reiterados (e por que não validados?) pela mídia. Não podemos negar a influência que a cultura funk tem na nossa sociedade. Independente se estamos nós mesmos prestando atenção, estes valores estão se dissipando por aí o tempo todo através das letras das músicas. Valesca Popozuda pode não ser nenhuma Simone de Beauvoir, mas a voz dela está chegando a lugares que talvez Beauvoir não conseguiria tocar.

A partir dessa premissa, propomos uma leitura do conteúdo verbal da música funk como expressão autêntica de valores dominantes na sociedade.

Em um primeiro momento, iremos perpassar um pouco pela história do feminismo, globalmente e localmente. O intuito é nos colocarmos em um contexto histórico para nos situarmos melhor acerca do árduo caminho feito pelas mulheres ao longo de décadas para reivindicar seus direitos políticos e sociais.

Entraremos então em uma discussão acerca das questões de gênero. O objetivo é entender de que forma, quais os mecanismos utilizados para oprimir a mulher ainda nos dias de hoje. Veremos que a mulher é oprimida em termos que limitam sua livre expressão da sexualidade, comportamento, divisão de trabalho e até em seus próprios objetivos de vida.

Depois destas contextualizações acerca da opressão feminina ao longo do tempo e na sociedade atual, veremos um pouquinho da história do funk, para nos situarmos também a respeito da trajetória percorrida pelo próprio gênero musical. Suas origens, suas vertentes e atuais subgêneros.

Entraremos então em uma análise das letras das músicas, para vermos como os valores dominantes na sociedade, que oprimem o gênero feminino, estão espelhados nas letras. E como estão sendo as respostas das mulheres para isso, através também da expressão musical no gênero funk. É interessante notarmos como as mulheres estão refutando valores vigentes para defender seus direitos pessoais. E, por que não, de todas as mulheres? Afinal, o pessoal não é político?

Metodologia

A metodologia utilizada consistirá em uma pesquisa bibliográfica pautada em estudos de teóricos ligados aos estudos culturais e antropológicos, que trará questões relevantes sobre o tema, a fim de enriquecer essa abordagem, e também terá um foco nas questões de gênero, para melhor compreensão da questão das desigualdades entre sexos, estudo esse que será utilizado para complementar a análise.

Em um primeiro momento, iremos dialogar um pouco com as ideias de Michelle Mattelart, Flora Davis, Pierre Bourdieu, Judith Butler e Joan Scott sobre os gêneros, como são socialmente escritos e que mecanismos os regulam.

Após uma leitura de Micael Herschmann acerca da trajetória do gênero funk, iremos começar uma discussão acerca de estereótipos e projeções sociais utilizando conceitos de Erving Goffman e Eric Landowski e referências aos teóricos já discutidos no capítulo anterior.

Por fim, faremos as análises das letras de música selecionadas, utilizando os conceitos utilizados anteriormente em todo o trabalho.

Com isso, esperamos ter uma percepção de como as mulheres são representadas nas músicas funk, os estereótipos que as acompanham e como elas próprias estão se representando.

1. O feminismo e as questões de gênero

1.1 Um pouco sobre o feminismo

É um tanto difícil falarmos sobre as origens do feminismo. Como grande parte dos teóricos feministas e participantes de movimentos argumentam, nossa história (e como nossa digo no ocidente, e incluo aqui a sociedade em geral) é contada por homens.

Mas podemos falar sobre os momentos marcantes em que as mulheres conseguiram se unir em grande número e lutar contra os paradigmas pré-estabelecidos pela sociedade patriarcal, que as puseram em uma posição subalterna dentro de uma hierarquia social, as limitando a servirem apenas como reprodutoras e responsáveis pelos cuidados com o lar e a família.

Podemos demarcar como a primeira onda feminista a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo uma das primeiras reivindicações, o direito ao voto. O movimento iniciou-se primeiramente na Inglaterra, onde as chamadas sufragistas fizeram grandes manifestações, greves de fome e foram severamente reprimidas pelo governo. O direito ao voto foi concedido às mulheres inglesas em 1918.

A primeira onda feminista chegou ao Brasil no início do século XX, também impulsionada principalmente pelo direito de voto. Sob a liderança de Bertha Lutz, cientista da época, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma organização que fez campanha pública pelo voto feminino. Foi feito um abaixo assinado em 1927 para a criação de um projeto de lei que possibilitasse o voto também para as mulheres, mas somente em 1932 esse objetivo foi alcançado, com mulheres votando nas eleições de 1934. Além da campanha pelo voto feminino houve um forte movimento operário liderado por mulheres, que pediam por melhores condições de trabalho.

Em 1942, o movimento feminista ganhou força com a publicação da famosa obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir. O livro inspirou e ainda inspira muitas mulheres no que se diz respeito a analisar a própria identidade enquanto mulher. Teóricos modernos questionam certas proposições feitas no livro, mas nada tira sua importância na história do feminismo e, por que não, das mulheres em si.

Munidas de voz pelo crescente interesse social em se pensar a questão do gênero feminino e inspiradas pelo movimento hippie dos anos 60, as mulheres novamente deram força ao movimento feminista.

Com a premissa do movimento hippie de questionar valores morais vigentes e dominantes na época, e principalmente com o grande burburinho causado pelas grandes manifestações na França em maio de 68, as mulheres passaram a questionar também os valores que as reprimiam social e sexualmente. E a se engajarem na luta contra eles.

No Brasil, esses avanços do feminismo foram retardados pelo golpe militar em 1964, em que os movimentos políticos foram duramente reprimidos pelo Estado, principalmente na década de 70.

No entanto, a repressão política não impediu a formação de jornais e periódicos clandestinos, onde as mulheres poderiam exercer a sua voz e trocar ideias para melhorias na sua qualidade de vida.

Em 1979, foi realizado o I Congresso da Mulher Paulista, que contou com cerca de novecentos participantes. No ano seguinte, foi realizada uma segunda edição do congresso, já contando com aproximadamente quatro mil participantes. Apesar de diferenças ideológicas que dividiam as mulheres em grupos políticos distintos, era claro que o feminismo estava começando a efervescer na esfera política, e que os direitos da mulher estavam ganhando reconhecimento social.

A década de 70 havia marcado o início dos estudos de gênero, e também do *women's studies*, que estavam trazendo à academia a discussão sobre o movimento feminista e as questões de gênero em geral.

No Brasil, este avanço foi sublimado pela repressão política também na área artística, onde a produção cinematográfica da época era limitada à pornochanchada, um estilo que se abdicava de pretensões políticas e usava da exploração do corpo nu da mulher como chamariz para a atração.

No entanto, isso não obrigou as feministas a se trancarem em casa. Se unindo aos protestos de esquerda, aconteceram diversos protestos feministas.

Em 1975 ocorreu a I Conferência Internacional da Mulher, no México, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher.

No mesmo ano, no Brasil foi realizado um congresso de debates sob o título

“O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, que teve um papel bastante relevante na luta pela anistia.

A década de 80 foi considerada por muitos como um novo retardo no movimento feminista, mas não só no Brasil. Isso porque houve uma espécie de contra-ataque conservador como resposta aos avanços dados com relação à revolução (e por que não “reforma”?) sexual e o crescimento do movimento feminista.

Os Estados Unidos, país de grande influência mundial, estava sob o governo de Ronald Reagan, de postura absolutamente conservadora. Além de uma política intervencionista mundial, produzia uma espécie de discurso político moralista severo, reiterando valores tradicionais como o casamento e uma sólida estrutura familiar como base para o indivíduo “de bem”.

Esse conservadorismo ficou marcado no gênero cinematográfico em ascensão naquele momento: as comédias românticas. Com mulheres sempre encontrando sua conjunção final no casamento, ou no encontro do par perfeito, estes filmes reiteravam os discursos tradicionalistas, que visavam colocar a mulher longe da esfera política, mas como frágil, dependente de um homem para sustentá-la e cuidar dela e em essencial reprodutora, tendo no casamento sua chance de “finalmente” ter filhos e exercer seu papel de educadora da família.

No livro “Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres”, de 1991, Susan Faludi denuncia explicitamente este contra-ataque conservadorista. O feminismo foi considerado por muitos na década de 80 como a causa de uma angústia feminina, o que Faludi chama de uma “Grande Mentira”.

Ela argumenta que o discurso moralista, travestido de “novas descobertas”, utilizou a mídia para tornar o progresso do movimento feminista um vilão para as mulheres americanas.

“(…) o contra-ataque antifeminista convenceu o público de que a “liberação” da mulher era a verdadeira praga contemporânea - a razão de ser de uma interminável lista de roupa suja de problemas pessoais, sociais e econômicos. O que tornou as mulheres infelizes, nestes últimos anos, entretanto, não foi a “igualdade” - da qual elas ainda não desfrutam -, mas sim a pressão cada vez maior para deter, e até reverter, a busca feminina da igualdade.” (FALUDI, 2001, p.17)

No livro, ela mostra em diversos exemplos como a imprensa americana se ocupou de manipular pesquisas, e como a indústria cultural ajudou a vender valores conservadores em uma tentativa de conter o movimento feminista, tornando uma suposta “independência feminina conquistada” a causa de uma insatisfação pessoal da mulher.

No entanto, nessa mesma década de 80 marcada pelo conservadorismo, os *women's studies* ganharam mais força, se popularizando. Temas como a sexualidade, o prazer, o corpo femininos e os gêneros (programas e publicações) voltados ao consumo feminino ganharam maior espaço nos estudos acadêmicos, temas que antes eram desprezados. Dentre esses estudos com foco na cultura de massa, alguns defendiam o lado positivo do consumo de gêneros populares, alegando que era impossível se situar fora deles, e que cabe ao consumidor determinar o sentido daquilo que assiste, escuta ou lê. A visão demasiado positiva da cultura de massa voltada ao público feminino fez com que esses estudos fossem mal vistos por alguns grupos feministas (considerados por esses teóricos como moralistas e normativos), que os consideravam uma ruptura com o plano original feminista, de abordagem essencialmente política. Margareth Gallagher, em 1992 se refere aos estudos femininos relativos à mídia da seguinte forma:

“Hoje predomina a tendência conscientemente apolítica. (..) É forte a propensão de evitar o compromisso teórico com a questão do poder (em qualquer nível) – questão em relação à qual o conjunto do projeto feminista tomara posição. (...) Para vencer esses obstáculos, seria necessário pelo menos uma urgente necessidade de reatar com as preocupações mais amplas da economia política, que deram o tom aos primeiros trabalhos feministas.”

(GALLAGHER, Margareth, in: “Introdução aos estudos culturais”, 2004, p.107)

No Brasil, além da forte influência americana, o assunto do feminismo se mostrou cada vez mais abertamente em pauta, causando um aumento ou remodelação de publicações voltadas ao público feminino (Capricho, Claudia, a chegada da revista Elle ao Brasil, etc). Apesar de estas revistas reiterarem valores tradicionais, vale-se pensar que, com o crescimento contínuo do feminismo no mundo, houve uma necessidade de se criar meios de dialogar com a mulher, mesmo que fosse para conformá-la dentro dos valores vigentes.

Um exemplo interessante a se lembrar a respeito do entretenimento voltado ao público feminino foi a primeira exibição da novela Guerra dos Sexos, da Rede Globo, (que recentemente ganhou um *remake*, em 2012) em 1983.

O mote da novela é exibir uma disputa entre homens e mulheres, cada qual tentando defender sua superioridade. É relevante ressaltar, que em um tempo onde o feminismo ganhava força, houve uma atração que colocava mulheres inseridas no mercado de trabalho e bem sucedidas. Ainda que seu mundo girasse em torno dos homens (cada personagem demonstrava ter algum desafeto com um personagem do sexo oposto, que em algum determinado momento, se mostrava como pura tensão sexual), as mulheres retratadas na novela se mostravam preocupadas com o crescimento profissional, e não viam no casamento uma prioridade, um destino inevitável e seu maior desejo pessoal.

Vale lembrar também que, diferente de algumas produções moralistas que colocam a mulher que valoriza a carreira como uma mulher fria, amarga, e mesmo frígida, a produção não colocou estereótipos negativos deste nível na produção. Era um início de uma aceitação de uma mulher mais esclarecida e questionadora de seu papel na sociedade.

Ainda na década de 80, mais precisamente em 1984 foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), e a promoção conjunta de importantes grupos feministas – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional.

Na década de 90, por todo o mundo, houve o fortalecimento dos estudos de gênero como temática acadêmica, com a publicação de artigos e livros de suma importância para o tema.

No Brasil, a CNDM perdeu sua força e reconhecimento nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, só voltando a ganhar notoriedade no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que reinaugurou o Conselho e criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Houve também o fortalecimento do movimento com a criação de diversas Organizações Não-Governamentais que lutam pelos direitos e zelam pela integridade e melhoria da qualidade de vida da mulher, dentre tantos outros serviços prestados à comunidade feminina.

Nos anos 2000, mais precisamente em 2006, o Brasil obteve um enorme avanço no que se diz a respeito dos direitos da mulher brasileira, com a aprovação da Lei Maria da

Penha, que criminalizou a violência doméstica e permite que mulheres consigam se livrar de abusos cometidos no âmbito familiar.

Ainda sobre a violência doméstica, o Instituto Avon publicou em Novembro de 2013 uma pesquisa acerca da percepção do homem em relação ao tema. Os dados mostraram que mais de 52 milhões de brasileiros (41% da população) conhecem um homem que já foi violento com a parceira.

Ainda consta na pesquisa que há um grande desconhecimento acerca da Lei Maria da Penha: a maioria dos homens não percebem a lei como uma tentativa de reduzir a desigualdade de gênero, com 37% dos homens entrevistados alegando que graças a ela as mulheres desrespeitam mais, e 81% a favor que a Lei Maria da Penha seja usada para proteger os homens de agressões femininas. Este tipo de equívoco mostra o desconhecimento sobre o que efetivamente cobre a lei, o que causa um problema estrutural, posto que as pessoas desconhecem os direitos que possuem e corre-se o risco de muitas vítimas acabarem sem a proteção da lei, simplesmente por desconhecerem como ela pode protegê-las.

A pesquisa ainda mostra dados interessantes a respeito das percepções de estereótipos de gênero: para os homens, falar sobre problemas ou ser carinhoso é uma característica feminina, e a necessidade de sexo e a traição são considerados como comportamentos masculinos. Os homens entrevistados ainda se mostraram acreditando que o homem deve ganhar mais que a mulher, e que homens não devem “levar desaforo para casa”. Além disso, mostraram-se contra algumas condutas por parte da mulher, ao considerarem inaceitável que as mulheres: fiquem bêbadas (85%), saiam com amigos ou amigas sem o companheiro (69%) e use roupas justas ou decotadas (46%). Como podemos perceber a desigualdade de gênero está muito mais ligada ao comportamento, com uma grande repressão às liberdades individuais da mulher.

Atualmente, uma das pautas principais discutidas pelas mulheres com relação a reivindicação de seus direitos é a legalização do aborto, que é permitido apenas em caso de risco de vida para a mãe, quando a gravidez é fruto de estupro ou em caso de fetos anencefálicos.

No entanto, clínicas ilegais operam milhares de abortos todos os dias, colocando a saúde de várias mulheres em risco, ou até causando sua morte, graças às condições precárias que são executados.

O aborto foi legalizado recentemente no Uruguai, mais precisamente em dezembro de 2012, e até maio de 2013, nenhuma mulher faleceu vítima do procedimento. No período, 2.550 abortos foram realizados no país. A informação foi publicada em julho deste ano pela UPI (United Press Internacional).

1.2 Sobre os gêneros

Ao falarmos de feminismo, é imprescindível falarmos sobre a questão do gênero. Proponho então uma discussão sobre gêneros, pois a partir da definição de um determinado sujeito como pertencente a um gênero ou outro, estará ele submetido a uma série de regulamentações sociais.

Tais regulamentações passam desde expectativas relacionadas ao comportamento do sujeito (eu, como mulher, em uma sociedade patriarcal heteronormativa, devo desejar me casar com um homem, desejar ter filhos, cuidar da casa, etc) até os direitos civis, portando na minha identidade uma definição de sexo, ou no caso de homossexuais, limitações jurídicas.

Os discursos midiáticos reproduzem essas expectativas, muitas vezes com um discurso sedutor à mulher. Novelas retratando “mulheres fortes”, que lutam por seus amores, trabalham e cuidam da casa e têm sua recompensa final com o casamento. Filmes que retratam o “árduo” caminho de uma mulher em busca de sua felicidade: a realização amorosa (que é uma relação monogâmica heterossexual). Não vamos nem entrar na discussão sobre revistas femininas, com artigos (pavorosos) sobre como melhorar seu desempenho sexual para agradar seu parceiro, ou com dicas de como você deve se comportar para conseguir manter um relacionamento estável. Ora, da onde vêm esses valores?

Michèle Mattelart, em uma de suas obras, propõe que esses valores são normativos de uma cultura capitalista, que visa regularizar o papel da mulher como reprodutora e educadora, e desempenhando trabalhos “secundários” como a organização familiar e os cuidados com o lar, a fim de hierarquizar os papéis de trabalho. E tais obras midiáticas que criam a “mulher heroína” servem apenas para nos colocar em papel de conformidade dentro de tal hierarquia, sem expor um discurso político de forma aparentemente, mas o fazendo subentendido.

Já Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (2005), aborda a questão desses discursos políticos estarem naturalizados em nossa vivência. Um de seus argumentos é que o próprio corpo feminino é utilizado como estrutura para fragilizar e submeter a mulher à uma dominação masculina, que ele define como uma “violência simbólica”.

Esta “violência simbólica” se dá no lugar do discurso, que visa constantemente colocar a mulher em uma posição hierárquica inferior na ordem social.

Segundo ele, o corpo é o lugar onde se inscreve a disputa pelo poder, e a definição de uma posição de dominador ou dominado.

“O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos(...)”

(BOURDIEU, 2005 p.18)

A partir da definição do sexo, somos divididos categoricamente. À mulher, cabe o papel de sexo frágil, de reprodutora e dependente de proteção. Já ao homem é colocado o papel de sexo forte, viril e protetor. Se pensarmos desta forma, a diferença sexual, mesmo que colocando a mulher em uma posição inferior na ordem social, também desfavorece ao homem, lhe impondo um determinado comportamento que ele pode não querer (ou ser capaz de) responder às expectativas.

Bourdieu complementa que esses discursos políticos que nos impõe determinados comportamentos estão tão impregnados em nossa vivência, através de simbologias, que podem fazer da própria mulher também reprodutora destes discursos dominantes, tornando-a, muitas vezes, legitimadora de sua própria submissão na ordem social. Seguindo apenas o senso comum, sendo esse portador de um discurso androcêntrico, nos vemos seguindo matrizes de percepções que adotam o masculino como regra e horizonte orientador.

Acerca deste argumento, não é difícil pensarmos em exemplos de mulheres machistas. Primeiro, por senso comum, percebemos facilmente que homens machistas foram criados dessa forma. Nem todas essas características foram adquiridas meramente em contato externo. Foram reproduzidas por suas famílias (e,

sim, por suas mães também!) que os criaram para serem fortes e viris, mostraram decepção quando não os viam seguindo essas expectativas, incentivaram (até mesmo pressionaram, em alguns casos) sua sexualidade desde cedo, para que esses meninos se tornassem fortes, protetores e reprodutores.

E assim vemos mulheres que foram reprimidas sexualmente pela sociedade, reproduzindo tais valores inconscientemente em casa. Ou mesmo abraçando esses valores como positivos para sua vida, procurando proteção na figura de um homem viril, agindo como uma mulher de “boa conduta”, pois assim podem garantir o tão sonhado relacionamento estável, sem questionar de fato da onde vieram esses valores.

“(…) é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade (...) e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que (...) organizam a percepção das divisões objetivas”
(BOURDIEU, 2005, p.20)

Dentre essas divisões objetivas, assim como Mattelart (1982), Bourdieu inclui a divisão social do trabalho, através da atribuição estrita de atividades a cada um dos dois sexos, e a mesmo a divisão de espaços (onde é aceitável e onde não é aceitável uma mulher “decente” circular?).

Já sobre os esquemas cognitivos, Bourdieu faz diversas análises comportamentais sempre pondo em evidência alguma oposição binária, partindo do feminino x masculino para diversas outras, em que sempre o masculino é tomado como o pólo positivo ou original, é o feminino é a antítese inferior.

“A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do ‘preconceito desfavorável’ contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito”
(BOURDIEU, 2005 p.44)

Um exemplo prático é o da própria linguagem, em que o masculino é tido como neutro e não há necessidade de se enunciar em discursos, enquanto temos que demarcar o feminino. Neste caso, o masculino se mostra claramente como a regra.

Bourdieu defende em sua obra que é necessário o dominado, nesse caso a mulher, inverter os valores e as categorias de percepção e de avaliação, a fim de quebrar com os paradigmas que se instalaram no nosso cotidiano.

Judith Butler, em sua obra *Gender Trouble* (1990), também defende que o problema da desigualdade dos gêneros está na própria definição de gênero. Segundo ela, estamos condicionados a todo um grupo de expectativas comportamentais ainda na gestação, a partir do momento em que o médico define o sexo da criança. Temos aí uma quebra da liberdade do sujeito, que é submetido a uma tentativa de enquadramento em determinado gênero.

Flora Davis, em sua obra “A comunicação não-verbal” (1979), destaca que incentivamos as diferenças sexuais não apenas nos discursos, mas também no lugar do comportamento. Ela aponta que mesmo a forma como seguramos os bebês muda se for uma menina ou um menino. É como se tratássemos de forma mais brutalizada os garotos desde cedo.

Ela ainda afirma que em um nível subliminar recompensamos ou deixamos de recompensar determinados comportamentos. Um exemplo disso é quando um menino deseja brincar de boneca. Mesmo que não seja repreendido por isso, raramente será incentivado, o que fará com que sintam que seu comportamento não foi adequado de acordo com o que um menino deveria se comportar.

Ela também argumenta que uma prova de que o gênero é socialmente construído é pela forma diferenciada de como é percebido variando de cultura. Ela usa como exemplo a mão de munheca, que no ocidente é considerado um comportamento afeminado, mas que no Oriente Médio é comum em ambos os sexos. Ela dialoga com o trabalho do antropólogo Ray Birdwhistell, que estudando os índices de sexo comprovou que os movimentos corporais femininos e masculinos não apenas são ditados pela cultura como são apreendidos ainda na infância.

Por fim, ela termina a discussão definindo os índices de sexo como “um intercâmbio fundamental e sensível entre pessoas. Um modo de confirmar a identidade sexual e, ao mesmo tempo, de se relacionar com os demais”. É importante pensar como essas distinções de gênero estão não apenas descritas em um discurso patriarcal hegemônico, mas como sem percebermos acabamos incentivando essas distinções em pequenos atos do cotidiano, mesmo na forma como gesticulamos ou deixamos de gesticular.

Semelhante à ideia de Bourdieu que defende que as próprias mulheres por vezes se submetem aos discursos que as depreciam numa hierarquia social, Butler (1990) coloca o sujeito “gendrado” como um sujeito também complacente com sua situação, uma vez que ele só existe na medida que se deixa sujeitar às regulações sociais de gênero.

Butler defende uma “desnaturalização dos corpos”, não como uma oposição biológica, mas como uma oposição ao uso discursivo da natureza como modo de estabelecer limites e regulações de gênero. Ela aponta que o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto de convergência específico de relações, impostas cultural e historicamente. Ou seja, o gênero é uma prática social, não natural. (Podemos entender que em sua obra ela considera que os discursos sobre gênero colocam esta categoria como sinônimo de sexo.)

Podemos ligar a ideia de Judith Butler em que a questão de gênero está ligada na própria definição do gênero, que compreenderá em nossas práticas sociais futuras, à crítica de Joan Scott ao feminismo. Em sua obra “Cidadã paradoxal - as feministas francesas e os direitos do homem”(2002), ela argumenta que o feminismo é construído em cima de um paradoxo: a “diferença sexual”.

Ela argumenta que mais que um fato natural, é uma justificativa ontológica para uma distinção entre os gêneros no discurso político e social. Quando levantamos uma bandeira de que as mulheres merecem direitos iguais aos homens, estamos evocando a presença de uma diferença entre nós. Diferença essa que normalmente é usada no campo do discurso para nos colocar em uma posição inferior socialmente.

No entanto, ela coloca a questão do gênero como uma categoria importante para a discussão do feminismo. A criação do conceito visa criar uma oposição ao determinismo biológico nas relações entre os sexos, colocando o movimento feminista e

as questões de gênero em pauta também em questões sociais, tirando o foco meramente político. Afinal, se estamos falando de relações sociais, não cabe apenas medi-las dentro de uma esfera política, apesar de elas estarem presentes no discurso político.

Diferentemente de Butler, ela não considera que a mistura entre os conceitos de sexo e gênero influam negativamente nos estudos sobre as relações entre sexos:

“O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.” (SCOTT, 1989, p.7)

Podemos entender aqui, que na opinião da autora, o gênero também é uma prática social.

Joan Scott continua em sua obra criticando vertentes de estudos a respeito das relações entre gêneros, porque, ao seu ver, a maioria falha em explicar quais são as origens, as fundamentações de um sistema que claramente coloca características atribuídas ao masculino como superiores aos valores ditos femininos. A fim de criticarmos um sistema vigente, precisaríamos entender suas origens e pilares. O problema se encontra no fato de conseguirmos enxergar as diferenças, apontá-las, mas não sabemos exatamente onde começam.

Se pensarmos sob o prisma de Bourdieu, essa diferença está inscrita no corpo e no corpo é onde ela começa. No pensamento de Butler, ela começa na definição de gênero. Para Scott, essa diferença é cultural, pois o corpo não pode ser compreendido fora da experiência cultural, porque depende dos referenciais simbólicos. A autora também defende a importância de desnaturalizar essa experiência, nos colocar fora do domínio discursivo predominante e entendermos nossa existência além da contextualização e do papel de gênero.

Scott abraça as ideias de Foucault sobre o saber e poder. Brevemente lembrando, Foucault denuncia diversas instituições que utilizam o saber como forma de poder. Desde escolas, hospitais, prisões e (por que não?) programas de TV são instituições que moldam o sujeito, dominam seu modo de vida.

Segundo Scott, o gênero nada mais é que uma instituição reguladora da ordem social, construído sobre a diferença sexual percebida. (Pensamento esse que se assemelha bastante ao de Judith Butler, que afirma que o gênero nada mais é do que uma moldura, na qual o sujeito é obrigado a se encaixar numa seqüência de atos e comportamentos pré-designados, de acordo com o que é socialmente adequado – e adequado àquele determinado gênero/sexo). Explicando melhor, o gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.

“O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.”

(SCOTT, 1989, p.21)

Como podemos perceber, a diferença sexual, na opinião de Scott, não é o problema em si. A diferença sexual incorpora apenas uma característica corpórea. Isso por si só não implica em uma desigualdade significativa entre os sujeitos. É o que fazemos dela, como a percebemos e o valor que designamos a ela. São os discursos que produzimos sobre ela.

1.3 A igualdade

No artigo “O enigma da igualdade”, Joan Scott aborda a questão da igualdade, como ela se faz se difícil em diversos âmbitos sociais e políticos e como as desigualdades são formadas.

Ela aponta que diversos teóricos problematizam o tema criando uma polaridade grupo x indivíduo. Essa polaridade surge a partir do argumento de que os sujeitos devem ser avaliados em sua individualidade, não como membros de um grupo; e que a igualdade só pode ser alcançada quando formos julgados apenas como indivíduos.

Em sua opinião, indivíduos e grupos e igualdade e diferença não são conceitos opostos, mas interdependentes em constante tensão. Ela apresenta os seguintes paradoxos:

1. A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente.

2. Identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade.

3. Reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão. (SCOTT, Joan, 2005, p.14)

Scott defende que a igualdade não é ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de reconhecê-la ou ignorá-la.

Ela exemplifica a questão de reconhecer ou ignorar as diferenças discursando sobre a Revolução Francesa. Defendia-se a igualdade, no entanto, escravos e mulheres continuavam sem direitos políticos. Mesmo os que defendiam que as mulheres mereciam ter participação política, não faziam o mesmo pelos negros.

Ela ainda coloca em pauta como a igualdade percebida de formas diferentes em determinadas situações. Ainda com exemplos do século XVIII, ela argumenta como os homens eram percebidos como indivíduos, por serem capazes de transcender o sexo (sua genitália é externa, a genitália feminina, interna), mas as mulheres ainda eram incluídas numa categoria única, porque jamais deixariam de ser mulheres, logo não poderiam alcançar o status de indivíduo.

“É interessante notar aqui (e isso é importante para o que eu irei discutir mais tarde) que nesses argumentos a igualdade pertence a indivíduos e a exclusão a grupos; era pelo fato de pertencer a uma categoria de pessoas com características específicas que as mulheres não eram consideradas iguais aos homens.”

(SCOTT, Joan, 2005, p.17)

Sobre o segundo paradoxo, ela dá o exemplo dos trabalhadores social-democratas, que exigiam o voto universal masculino na França em 1848. Era como trabalhadores, não como indivíduos que exigiam seus direitos individuais. (Podemos relacionar esse paradoxo também ao conceito antes explorado, o da diferença sexual. Para reivindicar

seus direitos individuais, as mulheres levantam a bandeira do feminismo, reivindicando seus direitos como um grupo e para um grupo – mulheres em geral)

Ao se colocar numa posição de excluído na sociedade, o indivíduo se associa ao grupo marginalizado e nele passa a levantar a bandeira de todo o movimento. Ao mesmo tempo, um movimento social ou político não leva em consideração individualidades, mas depende dos indivíduos para endossar a causa. É uma relação simbiótica, por isso Scott argumenta que os conceito de indivíduos e grupo são interdependentes.

Ela ainda aponta que:

“Se identidades de grupo são um fato da existência social e se as possibilidades de identidades individuais repousam sobre elas tanto em sentido positivo quanto negativo, então não faz sentido tentar acabar com os grupos ou propositadamente ignorar sua existência em nome dos direitos dos indivíduos.” (SCOTT,2005,p.29)

Por fim, ela define a política como a “negociação do impossível”. Ela serve para negociar identidades e as diferenças entre elas. No entanto, as identidades fazem parte de um processo e estão profundamente ligadas às transformações sociais. A tentativa de chegar a soluções sempre resulta em falhas, que abrem oportunidade para novas formulações, novos arranjos sociais, transformando a negociação de identidades em um processo contínuo. A política é formada por esses paradoxos, assim como nossa história.

2. O funk e as Representações da Mulher

2.1. Sobre o funk

Os bailes funk tiveram origem no Brasil na década de 70. Originalmente baseados na música negra americana, os chamados “bailes da pesada” começaram a ser realizados na Zona Sul, no Canecão. Com o aumento da popularidade do gênero MPB, que tomou conta das casas de show da Zona Sul – em especial do Canecão, onde costumavam ser realizados – foram transferidos para o subúrbio carioca, onde aconteciam semanalmente e, em cada semana, bairros diferentes. Os chamados “bailes de subúrbio” eram realizados em terrenos baldios, clubes de subúrbio e espaços públicos em geral, como praças.

Estes bailes passaram então a ser produzidos por equipes diferentes, e passaram a ter diversos nomes, como: festa Soul Grand Prix, festa Som 2000, Uma Mente Numa Boa, Tropabagunça e Cash Box.

Os bailes passaram a ter atenção da mídia a partir de 76, o que fez com que se espalhassem em movimentos locais por todo o país. Isso atraiu a atenção também da indústria fonográfica. O funk no Brasil não tinha nenhum apelo midiático, e não havia uma preocupação com o consumo se não o momentâneo, limitado apenas às festas. Foram lançadas algumas coletâneas de artistas *soul* brasileiros, sem grande sucesso. Isto levou o funk a ser novamente ignorado pela imprensa e indústria fonográfica.

A partir dos anos 80, o funk foi dominado pela influência do *Miami Bass*. Passaram-se a adaptar as letras para o português, gerando os famosos “melôs”. Essas letras eram feitas em cima da letra de algum sucesso americano. É aí que o funk passa a ganhar um caráter híbrido, com a mistura da influência da música americana com letras em português. Iniciava-se um processo de adaptação do gênero à nossa cultura.

No final desta mesma década, o funk começa finalmente a ganhar um caráter todo próprio brasileiro. Fernando Luís Mattos da Matta, o DJ Marlboro, figurinha já conhecida dos bailes funk, onde já tocava desde 1977, ganha um concurso nacional de DJ's e, como prêmio, vai à Inglaterra. De lá traz várias novidades e começa a experimentar para a criação de um funk genuinamente brasileiro. É com essas

experimentações que ele traz a batida eletrônica tão característica do funk carioca. Em 1989, lança o disco *Funk Brasil* e, com o sucesso do álbum, o funk ganha novamente a atenção da mídia. Neste disco já se podia perceber algumas das tendências que viraram marca no gênero nacional, como os *samples* e a batida eletrônica.

Os anos 90 marcaram o início da consolidação do funk como gênero musical nacional. Apesar do estigma de gênero popular da periferia e das tentativas de parte da mídia de negar a legitimidade de sua importância cultural, o gênero passou a ganhar cada vez mais destaque nas classes populares. A imprensa focava muito a questão da violência nos bailes, que ainda não possuíam legitimação jurídica. Houve uma popularização do gênero na classe média entre 94 e 95, quando graças a alguns artistas começaram a ganhar espaço também na televisão. Mas o fato de alguns traficantes se envolverem na produção dos bailes, onde acabavam ocorrendo disputas de gangues, afastou a presença de outros públicos de fora das comunidades dos bailes.

Essinger (2005) afirma que, apesar do sucesso das vendas, a indústria fonográfica ainda considerava o funk um subgênero, e por isso sua importância ainda era mais presenciada nas periferias. Ele aponta que a despeito da perseguição ao gênero, havia sido eleito como a voz das massas, e um dos momentos que marcaram a tomada do funk como gênero popular, em sua opinião, foi a “paradinha do funk” usada pela bateria da Viradouro no desfile de carnaval na Sapucaí em 1997. Foram nesses anos que víamos o crescente sucesso de artistas como, por exemplo, Claudinho e Bochecha, que chegaram às festinhas também da classe média.

Segundo Herschmann (1998), o funk não só retornou à Zona Sul na década de 90 graças a sua popularização na classe média como ainda saiu da área restrita de consumo apenas nos bailes para virar um importante segmento de mercado. Ele destaca que além das coletâneas de música, o funk começou a ganhar cada vez mais espaço na televisão, programas de rádio exclusivos do gênero, publicações impressas como revistas e fanzines e até mesmo um segmento de moda.

Ele cita o exemplo do DJ Marlboro, que criou uma grife de roupas (chamada “Back to back”) que eram vendidas no mercado *Mundo Mix*. Esse estilo de roupas, ele ressalta, não se limitava a ser consumido apenas pelo público que apreciava esse estilo de música, mas pela classe média em geral também.

Outro exemplo da ampliação da influência do funk na década de 90 foram os bordões popularizados. Ele explica que foram adotados por torcidas de futebol e rapidamente se espalharam. Bordões estes como “Uh, tererê!” que era usado como o refrão de uma música, e “Ah, eu tô maluco!”, que surgiu quando um camelô subiu no palco de um show de funke gritou a frase. Esses bordões eram comumente repetidos por toda espécie de público, sem que necessariamente se soubesse que tinham sua origem nos bailes funk.

Apenas nos 2000 os bailes foram aprovados legalmente. Vale lembrar que no ano de 2000 uma figura ligada ao funk foi eleita pela primeira vez para um cargo político. Verônica Costa foi eleita vereadora com 37 mil votos.

Os anos 2000 marcaram a era do funk erótico, o surgimento dos “bondes” e a expressão feminina nas músicas. Os bondes foram considerados uma nova geração do funk, pois se caracterizavam por grupos formados por jovens que cresceram freqüentando bailes e trouxeram uma nova roupagem ao estilo.

As novas letras abordavam principalmente temáticas sexuais, que eram transmitidas nas letras utilizando uma linguagem muito própria da periferia. O sucesso de vendas do estilo obrigou os compositores a adaptarem as letras, muito explícitas, de forma que pudessem ser comercializados e exibidos publicamente sem censura. Isso criou duas formas diferenciadas de consumo para as mesmas músicas: a versão censurada era a comercializada para a jovem classe média e tocada em rádios e em programas de TV, quanto que as versões “proibidas” se mantiveram na periferia e nos bailes. É seguro afirmar que as tais versões “proibidas” viraram um fetiche de consumo na classe média, pois eram as versões originais – portanto despertavam a curiosidade – e não estavam em grande circulação.

O funk passou a ser discutido em diversos círculos de influência, participando até mesmo de uma discussão polêmica sobre legitimidade ao ser elogiado pelo músico Caetano Veloso. Nesta época, já havia algumas mulheres de sucesso a se expressarem através do estilo, como o grupo Gaiola das Popozudas, que surgiu em 2001 e a Mc Tati Quebra Barraco.

Em 2004, a Furacão 2000 estréia como programa diário na rede Bandeirantes, trazendo ao funk o reconhecimento de sua popularidade. No mesmo ano, DJ Marlboro se apresentou no Tim Festival, evidenciando que o funk definitivamente não era mais um gênero musical restrito à periferia. Várias boates adotaram o gênero em suas *setlists*, como A lôca, em São Paulo e a Fosfofox , na zona sul do Rio de Janeiro.

O que vemos mais em alta na cultura do funk é o subgênero conhecido como funk de ostentação. Com suas origens por volta de 2009, em São Paulo, este estilo prega um estilo de vida pautado na diversão e no consumo. As letras falam de carros importados, bebidas caras, roupas de grife e, claro, muitas mulheres.

O estilo se assemelha muito a uma vertente do hip hop americano, aliás o Mc Guimê, um dos precursores do estilo, confirma em entrevistas que a inspiração de fato veio do gênero. O hip hop americano, que a principio apareceu como um estilo de música de protesto, já vem há alguns anos tomando a roupagem da ostentação, falando de festas, grifes, bebidas e mulheres. Não é coincidência que a nova geração do funk passou a cantar sobre isso, já que cresceram ouvindo artistas como JAY-Z e 50 Cent.

Podemos ver que hoje em dia é fácil encontrar jovens de classe média que freqüentam bailes funk e artistas do funk se apresentando em boates e festas da Zona Sul. Além disso, é muito claro que o funk já deixou de ser um gênero apenas carioca, comprovando que o funk pode até ser a voz da periferia, mas seu consumo está longe de ser limitado exclusivamente a ela.

2.2 Música como objeto de análise da situação social da mulher

Eric Landowski em sua obra *Presenças do outro* (2012), inicia seu pensamento acerca das diferenças entre os sujeitos, assim como Bourdieu, a partir de dicotomias. Nesse caso, é levada em consideração a relação entre os termos, tanto como uma construção contínua de significações como metodologia para análise dos discursos e práticas.

O que ele levanta em questão é que nos deparamos diariamente com esquemas de oposições binárias, em que damos um determinado significado a qualquer termo a partir de sua diferença de outro (o dia não é noite, vida se opõe à morte, etc).

A partir deste reconhecimento da diferença para trazer a definição, ele propõe que nós mesmos utilizamos o outro para nos definirmos. Em outras palavras, o que me define não é somente como tento e quero me definir, mas também como defino os outros.

Neste contexto, surge um discurso social da conquista ou reconquista da identidade, que coloca em diferentes papéis aqueles que estão no padrão normativo e exclui e reduz o dessemelhante, que pode vir a ser desde um estrangeiro, a um marginal, alguém excluído.

Ao se utilizar de significados que visam definir o *outro* (para assim definir quem nós somos, ou seja, *não o outro*), fazemos uma combinação de arranjos significativos (Landowski exemplifica com arranjos de valores como o “trabalhador-português” ou o “desempregado-negro”, etc) chegando aos estereótipos, que são legitimados diariamente pela mídia.

Ele ainda argumenta que a produção da diferença se dá em dois planos: em termos biológicos, o que faria do outro diferente apenas por questões genéticas (aqui poderíamos pensar a questão do racismo, ou de algumas vertentes do machismo que coloca a mulher numa posição diferente – e socialmente inferior - do homem porque é “da natureza do homem” agir de maneiras que são prejudiciais a mulher – como o adultério- , ou que trazem maior benefício ao homem – o homem teria mais libido e precisaria mais de sexo que a mulher). Ou ainda, o que parece ser mais comum, a diferença posta em um nível sociológico: heranças culturais, modos de socialização e questões econômicas. O outro plano se dá no plano semiótico, em que são produzidos efeitos de sentido vinculados à diferença; colocamos as diferenças reconhecidas no plano anterior na construção de um universo de sentido e valores.

Voltando à discussão dos estereótipos, Landowski (2011) acrescenta:

“Em que medida, de que modo, o sistema de estereótipos identitários fixado pelo grupo ‘de referência’ (ou aquele que se considera como tal) deverá servir, também, de referência a eles, que esse ‘Um’ designa como seu ‘Outro’? Por outro lado, entendemos que um grupo social que goze localmente de uma posição econômica, cultural ou política dominante, e que tenha uma espécie de auto-imagem idealizada, tenda a definir negativamente a alteridade daqueles que ele não reconhece como sendo seus, e isso na proporção daquilo que constitui, de seu ponto de vista, seu grau de não-conformidade em relação à normalidade que ele crê encarnar. Mas se invertermos a perspectiva,

por que aqueles que são rotulados, e ao mesmo tempo rejeitados dessa maneira interiorizam precisamente a mesma norma? É preciso que eles se considerem o negativo do grupo que os discrimina?”

(LANDOWSKI, 2011, p. 33)

A hipótese que autor levanta é a de qualquer perspectiva que se adote, seja a do grupo considerado privilegiado ou a do grupo “diferente”, nenhuma das posições é, para nenhuma das partes, imutável. Nada radicalmente necessário as fundamenta.

Sendo assim, se essas diferenças se dão em uma base comportamental e frágil, e se dependem também das duas partes (que se comportam de forma simbiótica para cada parte criar sua própria identidade) para se tornarem um sistema funcional, se colocarmos o “outro” na posição central e socialmente superior, não iria ele também diminuir socialmente agora quem se coloca numa posição diferente? Pense aqui na questão do “femismo”¹, que funciona da mesma forma que o machismo, mas que ao invés de colocar o homem numa posição hierarquicamente superior, o faz com as mulheres.

Os estereótipos estão amplamente conectados com o que pode se tornar um estigma. Sob a leitura de Goffman (1975), podemos pensar mais profundamente a respeito do conceito de estigma.

Goffman (1975) argumenta que todos nós possuímos duas identidades: a real e virtual. A identidade real consiste no conjunto de características e atributos que a pessoa de fato possui, quanto que a virtual nada mais é que um conjunto de características que lhe são atribuídas pelos demais que não a conhecem. São exigências de caráter, comportamentos esperados pelos “normais” (quem se adequa ao padrão normativo da sociedade) de como o indivíduo não-enquadrado nos padrões deve ser. Portanto, uma característica (de sua identidade real) que fuja ao padrão do que esperam de sua identidade virtual pode assim se tornar um estigma.

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se

¹ Segundo o Dicionário inFormal: Inverso de machismo, ou seja, ideia de mulher superior ao homem. A criação e o uso da palavra “**femismo**” supõe-se que foi uma forma encontrada pelas feministas para denominar os preconceitos ao sexo masculino praticados por outras feministas dentro do movimento social feminista. <http://www.dicionarioinformal.com.br/femismo/>

encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável (...).

Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.” (GOFFMAN, 1975, p.12).

O assim considerado estigma, independente de ser uma característica de personalidade, o pertencimento a um grupo marginalizado ou uma deformidade física, se torna objeto de estigmatização através das práticas sociais.

“A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. (GOFFMAN, 1975 p.12)

Goffman ainda trata das problematizações das questões das relações sociais em sua obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (2011). Na obra, Goffman argumenta que as interações sociais se dão em um nível semelhante a um espetáculo teatral. Nós interagimos de forma semelhante à performance de um ator e os demais que participam da interação funcionam assim como uma platéia.

A comunicação se dá na premissa de que estamos todos exercendo um papel, e os outros mantêm e aceitam nossa máscara e legitimam nossa performance para o bem comum. Digamos que, na opinião de Goffman (2011), a interação social depende de uma diplomacia operacional. Quando fugidos ou nos contradizemos em nossa performance, é causado um grande mal estar, tanto para nós, como para os demais envolvidos, uma vez que a comunicação é quebrada e a “farsa” revelada.

A informação prévia sobre o individuo possibilita aos demais participantes da interação uma expectativa do que se pode esperar de sua performance, ou seja, suas expressões, atitudes e comportamentos, que englobam a imagem que ele deseja passar para os demais. Essa imagem emitida espelha também um desejo de como o individuo deseja ser tratado ou valorizado. Vale observar que Goffman (2011) divide as formas de expressão em duas categorias:

- 1. Expressão transmitida – é a expressão intencional, o que desejamos passar como imagem para os outros;**
- 2. Expressão emitida – traduzida por toda a linguagem não-verbal que projetamos, seja intencional ou não.**

Quando não há conhecimento acerca do indivíduo, a expectativa gerada em relação a ele será baseada de acordo com a observação de sua aparência, conduta e experiências prévias, estereótipos.

Ou seja, podemos até ter mecanismos para tentar manipular o impacto que causamos nas pessoas, mas uma série de fatores como nossa linguagem corporal, estereótipos que possam nos ser associados e falhas de comunicação podem nos traduzir em uma imagem indesejável a nossos próprios conceitos e nos render tratamentos e reações que não esperávamos ou desejávamos.

A partir dessas definições, gostaríamos agora de propor uma leitura de algumas letras de música do gênero funk. A partir da leitura das mesmas, iremos analisar alguns valores nelas expostos a respeito da figura feminina, sua sexualidade e sobre as relações de gênero.

Os trechos de música selecionados foram escolhidos seguindo uma preocupação de:

- 1. Expor as opiniões a respeito da figura feminina segundo homens e mulheres**
- 2. Explicitar valores predominantes que colocam homens em uma posição hierárquica superior e/ou depreciam a mulher através de valores distorcidos e estereótipos negativos**
- 3. Procurar vestígios de uma relutância por parte das mulheres quanto a esses valores vigentes e estereótipos associados**

Dentre os trechos analisados, encontram-se alguns estereótipos negativos em relação à mulher que são amplamente disseminados em discursos machistas. Os trechos abaixo explicitam uma exaltação da mulher em um sentido meramente sexual, e reiteram preconceitos como o de que a mulher “fala demais”.

“Só não vem aquela que fala demais. Tá ligado? Aquela que fala demais pode ficar lá. Fica lá e minha filha: Saia da janela; vê se tu se toca: mulher de verdade gosta mesmo é de piroca”

Vem todo Mundo – Mr. Catra

Na música acima, uma brincadeira com o hit também do funk *Vem Cristiane*, Mr. Catra convoca diversas mulheres para o ato sexual. No entanto, ele não deseja o contato com as mulheres que “falam demais”, pois deseja apenas o contato sexual.

“Por que hoje tu tá presa tu tá presa o tu tá presa (..) E agora eu vô falar os seus direitos: Tu tem direito de sentar, tem o direito de quicar, Tem o direito de sentar, de quicar, de rebolar. Você também tem o direito de ficar caladinha. Fica caladinha, Fica fica caladinha; Fica fica caladinha; Caladinha caladinha”

Prisioneira – Bonde do Tigrão

Já nesse trecho acima, é avisado antes do ato sexual que o sujeito não tolera conversa, porque semelhante ao exposto por Mr. Catra anteriormente, o bom da mulher é o corpo, a conjunção sexual. Esse tipo de estereótipo contribui para a opressão da mulher na sociedade, coibindo sua liberdade de expressão e a transformando em um objeto.

Além disso, vemos constantemente a valorização do adultério por parte dos homens. O homem admirado no funk erótico é o homem que se relaciona com várias mulheres, e não importa se ele está em relacionamento ou não. Aliás, o homem adúltero é visto positivamente, uma vez que não se submete a parceira, exercendo sua plena liberdade.

“Sua mina só reclama e tira sua paz,
Ela é chata demais..
Procura a profissional,
meu mano, que ela sabe o que faz..” Adúltero – Mr. Catra

No trecho acima, podemos perceber essa propagação da valorização do adultério, sugerindo que o homem não se deixe ceder às reclamações de sua parceira e procure uma garota de programa para se satisfazer. Aqui também percebemos a reiteração da imagem da mulher como faladeira, pejorativamente e a exaltação da figura feminina como mero objeto sexual.

No trecho a seguir podemos perceber uma exaltação ao homem “ganhão”. Na letra, como é sugerido no título da música, é afirmado que esse é o tipo de homem que as mulheres gostam..

“Esses são os ‘menino’ que as meninas gosta: baladeiro mesmo e deixa que vai segurando, ‘muleque’! Esse é os ‘menino’ que as meninas gosta. (...) Tá fazendo coleção de namorada: uma em Floripa e outra na Baixada.Vai de ponta a ponta, pra nós tira onda. É tanta mulher que até perdemos a conta”

Os ‘menino’ que as meninas gosta – Mc Piken e Menor

No funk conseguimos ver bem explícita a dicotomia homem “ganhão” x mulher “cachorra”. Enquanto o homem que não deseja ter um relacionamento estável monogâmico e até mesmo promiscuo é visto com olhos positivos, a mulher que faz o mesmo é tida como subversiva, mal vista. A repressão à sexualidade da mulher não é algo exclusivo ao funk, claro, mas é interessante percebermos que mesmo em um ambiente hipersexualizado tais julgamentos de valor opressores ainda possuem força. Como o funk erótico faz uma clara apologia ao hedonismo, as letras refletem essa mulher livre sexualmente como um objeto de desejo sim, mas como alguém dispensável.

“mini saia rodada, blusa rosinha, decote enfeitado com um monte de purpurina. Ela não paga, ganha cortesia. Foge se a sua carteira tiver vazia (...) é 157 de marido, ela gosta mesmo é de cara comprometido. Não, não tem carro; anda de carona. Ela anda sexy, toda guapetona. Ela não é amante, não é prostituta. Ela é fiel, ela é substituta.”

Periguete – Mc Koringa

No trecho acima, Mc Koringa fala de uma mulher que gosta de se divertir. Ela é retratada ao mesmo tempo como objeto de prazer, mas com um cunho de negatividade. Ele usa o termo “periguete”, um termo pejorativo, e a retrata como uma mulher interesseira, sem escrúpulos.

O estereótipo da mulher interesseira também aparece com frequência nas letras de música funk. A mulher é retratada como um objeto sexual e posta como uma pessoa vil,

que não tem sentimentos pelos homens com quem se relaciona e deseja apenas se aproveitar dos confortos que o dinheiro do homem com quem se envolve podem lhe proporcionar.

Enquanto este estereótipo não é exatamente novo, tem aparecido com mais frequência nas músicas visto que atualmente o subgênero mais popular do funk é o funk de ostentação.

No funk de ostentação, as letras giram em torno de um modo de vida glamouroso, regado a bebidas, mulheres e sexo e ao uso de roupas de grife e carros importados. O sujeito geralmente retratado é o “patrão”, sujeito esse que utiliza seu dinheiro para viver confortavelmente e se divertir e que geralmente gasta bastante com seus amigos e mulheres também. É um sujeito respeitado e querido e causa admiração.

Podemos ver a propagação da ideia de que o patrão é o objeto de desejo das mulheres graças ao seu dinheiro em letras como Ela dá pra ‘nóis’, de Mr. Catra:

“Quer cordão de ouro importado e um carrão? Ela dá pra nois que nois é patrão”

Ela dá pra ‘nóis’ - Mr. Catra

Bourdieu, em *A dominação masculina* (2005), fala sobre a dificuldade da mulher de ter seu próprio corpo como posse.

“Tudo, na gênese do *habitus* feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros.” (BOURDIEU, 2005, p.79)

A mulher acaba, assim, sofrendo diariamente com julgamentos acerca de sua aparência, sejam eles positivos ou negativos. Ele complementa:

“(…) o olhar não é apenas um simples poder universal e abstrato de objetivação, como supõe Sartre; é um poder simbólico cuja eficácia depende da posição relativa daquele que percebe e daquele que é percebido, e do grau em que os esquemas de percepção de apreciação

postos em ação são conhecidos e reconhecidos por aquele a quem se aplicam.” (BOURDIEU, 2005, p. 81)

A violência simbólica e os valores associados à dominação descritos por Bourdieu vão além da opressão comportamental, social ou sexual e acabam invadindo o campo físico. Semelhante à proposta de Goffman (2011), que argumenta que somos constantemente avaliados pelos demais com base em nossas atitudes e aparência, Bourdieu vai um pouco além ao trazer à discussão que esses julgamentos possam pesar muito mais na questão da aparência quando se trata de mulheres. A mulher se torna objeto de apreciação visual e julgamento com base em sua aparência a todo momento.

Os bailes funk são ambientes hipersexualizados, lugares onde ocorrem muitos jogos de conquista. Mas se compararmos os passos de dança realizados pelos homens e pelas mulheres no funk, as danças femininas são mais sensuais. Há mais dançarinas de palco que dançarinos. Podemos afirmar que o grande objeto de desejo nos bailes funk é o corpo feminino.

Abaixo vemos um trecho de mais uma música que exalta o corpo feminino como objeto de apreciação visual:

“Vai danada vem que tem..Rebola até o chão; requebra que hoje eu quero ver bumbum mexendo. Vou pedir pro DJ tocar só pra te ver dançar. Vem pro meu mundo se acabar”

Danada vem que vem – Mc Koringa

Podemos perceber que dentre os valores expostos pelos homens em letras de música funk os seguintes: a) o homem bom é o homem que não se prende a uma só mulher e que tem dinheiro para se divertir, como o caso do “patrão” que se vê em uma boa hierarquia social, pois tem dinheiro pra prover às mulheres que escolher e garantir um estilo de vida agradável para ele e seus amigos também e b) mulher boa é a mulher sensual, que sabe utilizar seu corpo de maneira provocante, mas que não “amarre” o homem, não o limite das suas pulsões sexuais e que permita que ele mantenha um estilo de vida boêmio, com saídas noturnas com amigos e muitas mulheres.

A subversão dos papéis: as mulheres entram em cena

Passando a análise para as letras escritas por mulheres, vemos claramente uma inversão dos valores propostos anteriormente. Sem perder os jargões utilizados originalmente pelos homens em suas músicas, as mulheres se apropriam do discurso utilizado para diminuí-las socialmente e os reverterem a seu favor. As músicas falam sobre preconceitos comportamentais e situações que as mulheres passam, além de negarem algumas temáticas comuns à violência simbólica.

Vejamos abaixo a letra de uma música feita pelo grupo Gaiola das Popozudas:

“O mascote da antiga, ele é a historia do funk,
ele disse que o homem tem que ter uma amante
se liga ai amiga no que a gaiola vai falar
mulher de verdade quer um otario pra bancar.

Ele chega no baile de cordão e celular. Quando vê uma gatinha ele
corre pra azarar (...)

Mas no final das contas, é um otário para bancar”

Otário pra bancar – Gaiola das Popozudas

O grupo utilizou-se do estereotipo negativo tão comumente utilizado nas letras de funk, como antes argumentado, o da mulher interesseira. Dando uma resposta ao discurso dominante do funk erótico, de que é o que homem não deve ser de ninguém e se for comprometido deve arranjar uma amante, elas brincam com o fato de que talvez elas não são tão ingênuas quanto ao fato de estarem sendo usadas: muito pelo contrário, aqui elas propagam a imagem de uma mulher esperta, que se finge enganar para tirar proveito do homem.

Assim, um estereótipo antes utilizado para difamar as mulheres ganhou um aspecto lúdico, com a inversão dos valores no discurso.

Além disso, vemos com frequência a utilização do tema promiscuidade como uma resposta à própria temática do adultério utilizada pelos funkeiros. A exemplo, temos a música “Agora sou piranha”, também do grupo Gaiola das Popozudas:

“Eu vou pro baile, Eu vou pro baile

Sem calcinha!

Agora eu sou piranha e ninguém vai me segurar! (...)

Eu queria andar na linha, tu não me deu valor.. Agora eu sento, soco,

soco, topo até filme pornô”

Agora sou Piranha – Gaiola das Popozudas

Na música, a imagem sugerida é a de uma mulher que tentou se enquadrar no padrão exigido pelos valores vigentes, mas mesmo assim se sentiu rejeitada. Sua reação então foi a de rechaçar tais valores e, livre das expectativas, relaxar e se divertir. Apesar do uso do termo “piranha”, a música não tem um cunho julgador quanto a um estilo de vida hipersexualizado, pelo contrário, ela demonstra estar feliz com suas escolhas.

Vemos também que o funk erótico feminino não serve apenas para pregar o prazer feminino ou questionar certos comportamentos e valores opressivos à mulher. No trecho abaixo, vemos uma música que fala sobre violência doméstica e atitude drástica que a mulher resolve tomar para fugir da situação:

“Só me dava porrada!

E partia pra farra!

Eu ficava sozinha, esperando você

Eu gritava e chorava que nem uma maluca...

Valeu, muito obrigado, mas agora virei puta!”

“Eu lavava passava; eu lavava passava... tu não dava valor... Agora

que eu sou puta você quer falar de amor.”

“se-se-se-se-se-se-se-se-se uma tapinha não dói..

eu-eu-eu-eu-eu-eu-eu-eu-eu falo pra você...

segura esse chifre quero ver tu se foder!”

Larguei meu marido – Gaiola das Popozudas

Na música acima temos o contexto de uma mulher casada que se dedicava ao trabalho doméstico. Cansada de sofrer abusos do marido, que além de ser violento era adúltero (como é sugerido em outra passagem da música), ela decide largá-lo e procura a prostituição como forma de se sustentar sem sua ajuda.

É importante que temas como a violência contra a mulher sejam discutidos em ambientes populares como a música. Principalmente se tratando do gênero funk, amplamente consumido na periferia, onde os casos de violência doméstica acontecem com tanta frequência. Ainda que a saída escolhida pela mulher na música tenha se mostrado radical, é muito comum mulheres que sofram de abuso recorrerem a essa alternativa.

Abaixo, vemos uma música que trata de uma problemática mais leve: os homens que “contam vantagem” sobre suas conquistas, os famosos garanhões.

“Sai, sai, pica mole! Sai, sai, seu pica mole! Além do piru pequeno, e aí, ele não sobe?! E aí, ele não sobe?! Sai, sai, seu pica mole!

A gaiola é puro ecstasy, tu tem que tá preparado
Sai pra lá, seu falastrão, bota sua calça e sai voado
Vou espalhar lá na favela que você é um fracote
Além do piru pequeno, e aí, ele não sobe?!”

Pica Mole – Gaiola das Popozudas

Na música, o homem em questão espalhou um boato que teria dormido com a mulher que canta a canção. Ofendida e irritada com o boato falso, ela resolve dar o troco de fato o levando para o motel, apenas para questionar suas habilidades sexuais e o diminuir em frente ao grupo de pessoas a quem ele a difamou.

Este tipo de difamação a figura masculina, que ataca os homens no nível sexual, enquanto pode muitas vezes parecer uma artimanha mais infantil, atinge o seu objetivo. Consiste em uma subversão de valores dominantes na sociedade, como falamos anteriormente, simbologias que colocam a figura masculina numa hierarquia social superior.

Estas simbologias utilizadas que colocam o homem em posição de destaque estão muito ligadas não apenas ao gênero, mas ao sexo propriamente dito. Relembrando a ponte feita pela autora Joan Scott, citada anteriormente, podemos pensar os gêneros e o sexo nas relações de poder propostas nas obras de Foucault. A dominação masculina proposta por Bourdieu é, e muito, pautada na dominação sexual. Diminuir um homem sexualmente é forma de subversão do universo simbólico que pode ser gravemente ofensiva ao homem.

“Há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica.”
(BOURDIEU, 2005, p.22)

Ele ainda completa afirmando que ao subverter esses esquemas de significação dominantes masculinos, as mulheres podem negar as dicotomias que dão valor negativo ao próprio sexo (alto/baixo, duro/mole, etc) para tirar partido do estado minimizado do sexo masculino numa tentativa de afirmar a superioridade do sexo feminino: associar o órgão não ereto do homem a algo mole e sem vigor.

Outro padrão interessante que observamos no funk feminino é o de mulheres negando valores como a necessidade de se entregarem ao trabalho doméstico e valorizando o sexo em seu lugar. Nesse caso, até se colocam como objeto sexual, mas não são passivas nesta imagem. Elas pregam o corpo como seu patrimônio e fazem dele o que querem. Seja por prazer, seja por interesse.

“Fiel é o caralho, você é empregadinha! Lava, passa e cozinha, mas a pica dele é minha!”

Fiel é o Caralho – Gaiola das Popozudas

Neste caso, a mulher que se dedica aos trabalhos domésticos é colocada numa posição desfavorável, é vista como uma tola. Cuida da casa enquanto o marido adúltero se exime do serviço doméstico e fica livre para se divertir com outras mulheres. Mulheres essas que prezam a diversão em detrimento a valores impostos a elas como a valorização do matrimônio, a maternidade e o cuidado doméstico.

A valorização do prazer feminino também é amplamente discutida nas letras de funk feminino. Vemos uma preocupação de demandar maior igualdade na liberdade sexual dos indivíduos e claras objeções a comportamentos opressivos quanto à sexualidade feminina, deslegitimada através de discursos e termos depreciativos.

“O tempo já é moderno, e sexo tem que variar. Se eles ‘quer’ que você mame, manda eles te ‘chupar’” Abre as pernas, mete a língua – Mc Tati Quebra Barraco

No trecho acima, Tati Quebra Barraco defende a igualdade sexual entre os homens e mulheres, colocando o prazer feminino em um lugar de mesma importância que o prazer masculino.

Abaixo vemos outra música que valoriza o prazer feminino:

“E aí, seu otário: só porque não conseguiu foder comigo, agora tu quer ficar me difamando, né? Então se liga no papo, no papo que eu mando; eu vou te dar um papo: vê se para de gracinha. Eu dou pra quem quiser, que a porra da boceta é minha!”

A porra da boceta é minha – Gaiola das Popozudas

No trecho acima, percebemos uma tentativa de estremecer o discurso que deprecia as mulheres ativas sexualmente. Há uma preocupação de defender a posse do próprio corpo e renegar possíveis estereótipos depreciativos. Vale ressaltar, que ao defender a própria sexualidade, ela não tenta vender uma imagem conservadora, com padrões associados a uma “mulher de bem”. Ela passa a imagem de uma mulher que aprecia um estilo de vida sexualmente ativo e não se preocupa com a monogamia, por exemplo. Ela apenas deseja se divertir e ter prazer.

Podemos perceber nas letras escritas por mulheres, então, uma preocupação em defender a igual importância da sexualidade e do prazer feminino, uma certa rejeição aos valores tradicionais de exaltação ao matrimônio e ao trabalho doméstico, e uma subversão de valores que coloquem o homem em uma posição hierarquicamente superior baseada unicamente numa questão de gênero.

Conclusão

Estamos nos deparando com novos tempos. Aos poucos – e arduamente – as mulheres foram conquistando seus direitos. Primeiramente, o direito civil. Graças às lutas de fortes mulheres desde o século XIX, hoje somos cidadãs.

Suas lutas e conquistas foram tantas que há quem diga que já não há necessidade de lutar por mais nada. Mas vemos diariamente comportamentos que claramente colocam as mulheres ainda em uma posição hierarquicamente inferior ao homem em um nível social.

Estamos falando aqui da tal “violência simbólica” proposta por Bourdieu. Ele ressalta que essa simbologia está longe de defender ou amenizar as agressões físicas ou abusos que são cometidos diariamente sobre a mulher. Se já não fosse o bastante nos depararmos com notícias de estupros e atrocidades cometidas às mulheres todos os dias, ainda nos deparamos com uma violência moral.

As mulheres são reprimidas até hoje, sejam nas suas opções de trabalho, nas suas escolhas sobre ter filhos ou não, ou até mesmo no seu modo de vestir. Como não classificar como uma violência alguém considerar você vulgar e fácil por usar uma minissaia?

Essa violência, como argumenta Bourdieu (2005) está sim inscrita em nossos corpos. Porque ao nascermos mulher (algo que não foi por nossa escolha) somos imediatamente enquadrados em uma série de comportamentos que nos são esperados. Ou até antes disso. O bebê ainda está na barriga da mãe e seu futuro quarto já está sendo pintado de rosa, pois o médico disse que seria menina.

Butler argumenta que o problema está na definição do gênero. Afinal, se ninguém se preocupasse se é um menino ou uma menina, talvez todo esse esquema de valores e simbologias que nos são empurrados pela sociedade não fariam sentido nenhum. Poderíamos ter mais meninos brincando de bonecas sem serem desencorajados por sua família e meninas usando mais bonés.

Sem esses valores, o homossexualismo talvez não fosse tão estigmatizado. Mas aí também entramos em uma questão que para alguns é religiosa e não nos aprofundaremos nisso.

O problema disso tudo é que, como Joan Scott nos lembra magistralmente, o gênero não está aí por uma simples questão comportamental. Ele está aí porque é um discurso, e um discurso sobre o poder. Esse discurso se torna uma organização reguladora que visa administrar as nossas relações sociais.

Essa regulação, nos lembra Butler, traz consigo esses valores pré-estabelecidos de forma que possamos agir de acordo com o que é socialmente adequado. E o que é socialmente adequado, em nossa sociedade, é um padrão heteronormativo.

Aliás, podemos muito bem ligar a questão desse “socialmente adequado” com o que Landowski trabalha com relação às diferenças. Quando ele diz que nos definimos a partir do que não somos o outro, o que está na maioria, ou numa posição social superior ganha ainda mais vantagem.

Quando ele procede com argumentações acerca das criações de estereótipos, que são utilizados quando um sujeito não se enquadra ao grupo de dominância.

Assim surge o que Goffman (1975) chama de estigma. Quando não conseguimos nos encaixar no universo simbólico ideal projetado por um grupo de dominância, seja por um problema físico, uma característica marginal, carregamos um estigma.

As mulheres que porventura tentaram e tentam subverter os esquemas de hierarquia social determinados, que colocam os homens em uma posição socialmente superior, foram ao longo do tempo marginalizadas, estigmatizadas.

Não precisamos ir tão longe na história para percebermos essas tentativas de estigmatização das mulheres que lutam por uma maior igualdade de gêneros.

Não é difícil ouvir atualmente em uma discussão sobre o feminismo, uma mulher ser tachada como “femi-nazi”, “mal comida”, “odeia homem porque não consegue nenhum para ela” como respostas a discursos predominante feministas proferidos por mulheres.

Então nos deparamos com o funk. Com letras hipersexualizadas, pregam-se o uso da mulher como objeto sexual e a exploração de seu corpo. Vemos valores como o adultério masculino positivamente expressos. Enquanto a mulher “boa” que fica em casa cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos, o homem sai com os amigos e dorme com outras mulheres. Essas letras costumam produzir asco em algumas mulheres.

Mas a partir da década de 2000, vimos as mulheres reivindicarem o microfone. Com letras igualmente sexualizadas, elas lutaram também pelo seu lugar ao sol. Por que o prazer masculino deve ser mais importante que o feminino? Por que os homens podem sair para se divertir e as mulheres que devem ficar cuidando da casa? Por que elas devem ser coniventes com o adultério e abusos domésticos?

Elas colocaram a boca no trombone e exigiram seus direitos pessoais. Pode não significar uma grande mudança comportamental no mundo, mas quem sabe se na realidade de algumas mulheres talvez já possa estar fazendo algum efeito?

Referências Bibliográficas:

- ALBIN, Ricardo Cravo. “Dicionário Houaiss Ilustrado Música Popular Brasileira”, Instituto Cultural Cravo Albin e Editora Paracatu, Rio de Janeiro: 2006
- BOURDIEU, Pierre, “A dominação masculina”, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- BUTLER, Judith. “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. “Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex”. New York: Routledge, 1993.
- DAVIS, Flora “A comunicação não-verbal”, São Paulo: Summus, 1979
- ESSINGER, Silvio, “Batidão: uma história do funk”, Rio de Janeiro: Record, 2005
- FALUDI, Susan, “Backlash – O contra-ataque não declarado da guerra contra as mulheres”, Rio de Janeiro: Rocco, 2001
- GOFFMAN, Erving, “A representação do eu na vida cotidiana”, Petrópolis: Vozes, 2011
- GOFFMAN, Erving, “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Rio de Janeiro: LTC, 1975
- HERSHMANN, Micael, “Funk um circuito marginal/alternativo de produção e consumo e cultural” in: Revista Lugar Comum nº 5-6, p. 59-80, 1998
- LANDOWSKI, Eric, “Presenças do outro”, São Paulo: Perspectiva, 2012
- MATTELART, Armand e NEVEU, Érik, “Introdução aos estudos culturais”, São Paulo: Parábola Editorial, 2004
- MATTELART, Michèle, “Mujeres e industrias culturales”, Barcelona : Anagrama , 1982
- Pesquisa Instituto Avon/Data Popular – Percepções dos Homens Sobre a Violência Doméstica contra a Mulher
(<http://www.institutoavon.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Pesquisa-Avon-Instituto-Ipsos-2013.pdf>)
- PINTO, Céli Regina Jardim, “Feminismo, História e Poder” in: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. **18**, n. **36**, p. 15-23, jun. 2010
- SCOTT, Joan, “O enigma da igualdade” in: Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005
- SCOTT, Joan “Gender and the politics of history”, New York, Columbia University Press, 1989
- SCOTT, Joan, “A cidadã paradoxal - as feministas francesas e os direitos do homem”, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002